



# BNP PARIBAS CARDIF

A seguradora para um mundo em mudança



## CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 11.467.788/0001-67

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

resgates e sorteios, em comparação a 2013, com ativos totais avaliados em R\$ 45 milhões. Nossa expectativa para o novo ano é positiva, com aumento das receitas, controle dos custos e melhoria da rentabilidade, proporcionadas pelo crescimento sustentável advindo da evolução de nossas parcerias. A política de distribuição de lucros e dividendos leva em consideração os resultados alcançados pela Companhia, obedecendo as regras previstas na legislação atual. A Companhia declara e demonstra em suas demonstrações financeiras possuir capacidade financeira para atender às necessidades de caixa inerentes à operação e investimentos futuros e que

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>25.629</b>	<b>19.803</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>3.652</b>	<b>2.539</b>
Obrigações a pagar	10	2.874	1.760
Impostos e encargos sociais a recolher		154	220
Encargos trabalhistas		537	332
Impostos e contribuições		87	227
<b>Débitos das Operações com Capitalização</b>		<b>714</b>	<b>134</b>
Comissões e agenciamento a pagar		714	134
<b>Depósitos de Terceiros</b>	11	<b>12</b>	<b>660</b>
<b>Provisões Técnicas - Capitalização</b>	12	<b>21.251</b>	<b>16.470</b>
Provisão matemática para resgates		14.289	10.173
Provisão para sorteio a pagar		6.962	6.297
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>50</b>	<b>17</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>50</b>	<b>17</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>2</b>	<b>1</b>
Tributos diferidos		2	1
<b>Outros débitos</b>	18	<b>48</b>	<b>16</b>
Provisões judiciais		48	16
<b>Patrimônio Líquido</b>	13	<b>19.514</b>	<b>14.271</b>
Capital social		20.487	13.987
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(242)	(358)
Reserva de lucros		(731)	642
Prejuízos acumulados		(731)	—
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>45.193</b>	<b>34.091</b>

Total do Patrimônio Líquido integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	Aumento de Capital Social em Aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste TVM	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>13.987</b>	<b>135</b>	<b>581</b>	<b>19</b>	<b>606</b>	<b>14.722</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	(536)	(377)	—	—
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE 28.03.2012	—	—	—	(30)	(144)	(144)
Reserva Legal	—	30	—	—	(432)	—
Dividendos provisionados (R\$ 0,01 centavo por ação)	—	—	—	—	—	—
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	—	—	432	—	—	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>13.987</b>	<b>165</b>	<b>477</b>	<b>(358)</b>	<b>—</b>	<b>14.271</b>
Aumento de capital - AGE 25.07.2014	6.500	—	—	—	—	6.500
Portaria SUSEP nº 97 de 16.12.2014	—	—	—	—	—	—
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE de 10.12.2014	—	—	(416)	—	—	—
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	(957)	(957)
Absorção parcial do prejuízo líquido do exercício pela reserva de lucros	—	(165)	(61)	—	226	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>20.487</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>116</b>	<b>(731)</b>	<b>19.514</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Nota	2014	2013
<b>ATIVO</b>		<b>29.578</b>	<b>18.703</b>
<b>Circulante</b>		<b>111</b>	<b>42</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>111</b>	<b>42</b>
Caixa e bancos		111	42
<b>Aplicações Financeiras</b>	5	<b>13.435</b>	<b>5.430</b>
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	6	<b>15.155</b>	<b>12.184</b>
Créditos das operações de capitalização		15.155	12.184
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	7	<b>877</b>	<b>1.047</b>
Créditos tributários e previdenciários		743	968
Outros créditos		134	79
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>15.615</b>	<b>15.388</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>14.595</b>	<b>14.119</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	5	<b>14.595</b>	<b>14.119</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>24</b>	<b>—</b>
Bens móveis		24	—
<b>Intangível</b>	9	<b>996</b>	<b>1.269</b>
Outros intangíveis		996	1.269

Total do Ativo **45.193** **34.091**  
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social Estrangeiro	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste TVM	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>13.987</b>	<b>135</b>	<b>581</b>	<b>19</b>	<b>606</b>	<b>14.722</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	(536)	(377)	—	—
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE 28.03.2012	—	—	—	(30)	(144)	(144)
Reserva Legal	—	30	—	—	(432)	—
Dividendos provisionados (R\$ 0,01 centavo por ação)	—	—	—	—	—	—
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	—	—	432	—	—	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>13.987</b>	<b>165</b>	<b>477</b>	<b>(358)</b>	<b>—</b>	<b>14.271</b>
Aumento de capital - AGE 25.07.2014	6.500	—	—	—	—	6.500
Portaria SUSEP nº 97 de 16.12.2014	—	—	—	—	—	—
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE de 10.12.2014	—	—	(416)	—	—	—
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	(957)	(957)
Absorção parcial do prejuízo líquido do exercício pela reserva de lucros	—	(165)	(61)	—	226	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>20.487</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>116</b>	<b>(731)</b>	<b>19.514</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2014

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Rua Campos Bicudo, 98, na Cidade de São Paulo/SP, resultante da associação entre a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., e a Cardif Assurances Risques Divers, com sede na França, e ambas pertencentes ao grupo BNP-Paribas. Constituída conforme assembleia geral de seus acionistas, realizada em 12 de agosto de 2009, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar com planos de capitalização em todo o território nacional, através da Portaria SUSEP nº 3.351 de 18 de novembro de 2009, obtendo o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil em 06 de janeiro de 2010 e iniciou suas atividades de comercialização dos produtos de capitalização em agosto de 2010. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/02/2015.

#### 2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, pela Circular SUSEP nº 483/14, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2014, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariar as disposições do órgão regulador. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Companhia e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos inadimplidos valores justos. O ajuste ao valor justo não realiza o financiamento e é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado é apropriado ao resultado. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados títulos vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Companhia é responsável por traçar um plano de recuperação desses valores, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por reduções ao valor recuperável. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são feitos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "Resultado financeiro". **2.4.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: (a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor, (ii) queda de controle, como inadimplência ou sofrimento por parte do emissor, (iii) tornarem-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Companhia avalia no final de cada exercício de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.5. Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos (LFTs, LTNs, NTN's-B e NTN's-F) e títulos privados (LPs e Debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Conseqüentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Companhia. **2.6. Ativo Intangível:** O ativo intangível é constituído por softwares e amortizado conforme a respectiva utilidade. **2.7. Avaliação dos passivos relacionados aos títulos de capitalização: 2.7.1. Provisões técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização da modalidade de incentivo, sendo a receita reconhecida por ocasião da emissão dos títulos. **(a) Provisão Matemática para Capitalização e Provisão de Resgates:** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização, e atualizada com base em Notas Técnicas Atuárias aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **(b) Provisão para Sorteio a Realizar:** É calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em Notas Técnicas Atuárias aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a baixa da provisão para sorteio a realizar registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. **(c) Provisão de Sorteios a Pagar:** É constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação. **2.8. Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios em curto prazo, sem as características de obrigações pto-emprego. A Companhia patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um plano gerador de benefícios livres - PGLB, totalizando no exercício R\$ 149 (R\$ 106 em dezembro de 2013). O compromisso da Companhia limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre as folha de pagamento. **2.9. Provisões judiciais:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base de provisionamento os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. **2.10. Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.11. Capital social:** O capital social da Companhia está constituído por 20.487.468 (13.987.486 em dezembro de 2013) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.12. Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. **2.13. Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto da Companhia, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, após constituição da reserva legal, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo da Companhia após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.14. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 15%. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes, diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no balanço patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é

reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável. **2.15. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: (a) As receitas dos planos de capitalização são contabilizadas no mês de sua emissão, e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. (b) As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. **2.16. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração avaliará o eventual impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras até a edição pelo CPC e aprovação pela SUSEP IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotado para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Medida Provisória nº 627, publicada em 11 de novembro de 2013, foi convertida para Lei 12.963/14 e alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRL, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. Com base em sua redação atual, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da Lei 12.963/14 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela Lei 12.963/14 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014. A Administração não optou pela antecipação dos efeitos da Lei 12.963/14. A Circular SUSEP nº 508 de 09 de janeiro de 2015, dispõe sobre alterações das normas contábeis e plano de contas a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais e dos registros oficiais instituídas pela Resolução CNSP nº 86 de 3 de setembro de 2002. A Administração entende que as mudanças propostas pelo normativo não impactam de forma significativa as contabilizações, reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

#### 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são feitas quando há mudanças em fatos ou circunstâncias que afetam as estimativas. As premissas abaixo listadas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo. **Estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências civis e trabalhistas:** O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. **b) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** A Companhia aplica as regras de análise de impairment para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os títulos a receber. **c) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia, e estudo econômico futuro de acordo com a Circular SUSEP nº 483/14.

#### 4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

**Introdução:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de liquidez; c) Risco operacional; d) Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de risco é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideramos investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade de da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. O risco de crédito relacionado a venda de títulos de capitalização da Companhia está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos títulos de capitalização à Companhia, independentemente do seu recebimento pelo cliente. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados por contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por rating de crédito, divulgados por agências renomadas de ratings (*Standard & Poor's Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimentos em quotas de fundos e títulos de capitalização a receber.

	AAA	AA+	AA	Sem rating	Saldo Consolidado
<b>Carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2014</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	111	111
Quotas de fundos de investimentos abertos	—	—	—	6.989	6.989
Títulos de renda fixa privados	2.397	205	90	—	2.692
Títulos de renda fixa públicos	18.349	—	—	—	18.349
Operações de capitalização	—	—	—	15.155	15.155
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>20.746</b>	<b>205</b>	<b>90</b>	<b>22.255</b>	<b>43.296</b>
<b>Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2013</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	42	42
Quotas de fundos de investimentos abertos	—	—	—	826	826
Títulos de renda fixa privados	204	—	2.099	—	2.303
Títulos de renda fixa públicos	16.420	—	—	—	16.420
Operações de capitalização	—	—	—	12.184	12.184
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>16.624</b>	<b>—</b>	<b>2.099</b>	<b>13.052</b>	<b>31.775</b>

**b) Risco de liquidez:** Está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

## 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos	1 a 30 dias		31 a 180 dias		181 a 360 dias	
	ou sem vencimento					
Títulos para negociação (ii)	6.989	–	–	–	–	–
Quotas de fundos de investimentos abertos	6.989	–	–	–	–	–
Títulos disponíveis para venda	1.000	1.173	4.273	–	–	–
Títulos de renda fixa privados	–	382	1.257	–	–	–
Títulos de renda fixa públicos	1.000	791	3.016	–	–	–
Total em 31 de dezembro de 2014	7.989	1.173	4.273	–	–	–
Total em 31 de dezembro de 2013	1.744	342	3.344	–	–	–

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários.

(ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independente do prazo de vencimento.

## Movimentação em 31 de dezembro de 2014

Aplicações	Saldo em 31/12/2013				Saldo em 31/12/2014			
	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	826	60.623	459	–	(54.920)	–	–	6.988
Títulos de renda fixa privados (c)	2.303	1.191	266	2	(1.070)	–	–	2.692
Títulos de renda fixa públicos (b)	16.420	18.230	1.418	191	(17.909)	–	–	18.350
Total	19.549	80.044	2.143	193	(73.899)	–	–	28.030

## Movimentação em 31 de dezembro de 2013

Aplicações	Saldo em 31/12/2012				Saldo em 31/12/2013			
	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	3.410	26.238	252	–	(29.074)	–	–	826
Títulos de renda fixa privados (c)	630	1.547	125	1	–	–	–	2.303
Títulos de renda fixa públicos (b)	14.825	10.403	1.327	(628)	(9.507)	–	–	16.420
Total	18.865	38.188	1.704	(627)	(38.581)	–	–	19.549

a) As quotas de fundos de investimentos abertos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelos administradores do fundo na data do balanço. b) O valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LFT's, LTN's, NTN's-B e NTN's-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. c) Os títulos privados (LF's e Debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos.

## 6 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Refere-se aos recebimentos pendentes dos títulos de capitalização emitidos da modalidade de incentivo. Demonstramos abaixo a composição dos valores a receber considerando os respectivos vencimentos dos débitos:

Créditos a Receber	Prêmios a Receber em 31 de dezembro de 2014					Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias (i)	
Vincendos	8.526	4.773	1.761	–	–	15.060
Vencidos	–	–	–	–	95	95
Total	8.526	4.773	1.761	–	95	15.155

Créditos a Receber	Prêmios a Receber em 31 de dezembro de 2013					Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	
Vincendos	5.587	–	–	–	–	5.587
Vencidos	–	6.262	335	–	–	6.597
Total	5.587	6.262	335	–	–	12.184

(i) Conforme estudos técnicos elaborados pela Companhia, com base no histórico de pagamentos dos parceiros com prêmios pendentes, a Administração não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que não existe histórico de perda que justifique a provisão dos valores.

## Movimentação de créditos das operações de capitalização:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial em 1º de Janeiro	12.184	8.334
Arrecadação	84.152	59.824
Cancelamentos	(5.476)	–
Recebimentos	(75.705)	(55.974)
Saldo no final do período	15.155	12.184

## 7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de lucratividade e projeções orçamentárias. Para os créditos tributários de diferenças temporárias, substancialmente oriundos da constituição de provisões judiciais, a realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão, cujos prazos não são previsíveis temporariamente.

## a) Créditos tributários e previdenciários:

	2014	2013
Antecipação do Imposto de Renda e Contribuição Social (ii)	–	268
Créditos tributários de diferenças temporárias	425	386
Créditos diferidos da Marcação a Mercado de TVM	163	238
Tributos a recuperar	155	76
Total	743	968

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários são constituídos de acordo com a expectativa de realização e baseados na geração de lucros futuros. Em 31 de dezembro de 2014, os valores de créditos tributários estão classificados no ativo circulante, pois a Administração estima realizá-los até o final do exercício corrente.

(i) Em 31 de dezembro de 2014 o saldo da linha do ativo circulante "antecipação de imposto de renda e contribuição social" foi reclassificado para o passivo circulante "Impostos e contribuições" de modo a apresentar-se o valor líquido do passivo a pagar referente a estes tributos.

## b) Movimentação de diferenças temporárias

Provisões de participação nos lucros	Saldo em 31/12/2014		Saldo em 30/06/2014		Saldo em 31/12/2013	
	Aquisições	Baixas	Depreciação Período	Taxas anuais de depreciação (%)	Aquisições	Baixas
Provisões civis	407	283	124	(257)	381	5
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	425	284	141	(245)	386	386

## 8 IMOBILIZADO

Móveis e utensílios	31/12/2013		31/12/2014		Taxas anuais de depreciação (%)
	Aquisições	Baixas	Depreciação Período	Taxas anuais de depreciação (%)	
Total	27	–	(3)	24	10%

O intangível representa os investimentos com o desenvolvimento interno de sistemas de computação que são amortizados a taxa de 12,50% ao ano (8 anos), levando em consideração a sua utilização.

Desenvolvimento de sistemas de computação	31/12/2013		31/12/2014	
	Aquisições	Baixas	Amortização do período	Saldo em 31/12/2013
Total	1.269	6	(279)	996

## 10 OBRIGAÇÕES A PAGAR

Fornecedores	31/12/2014		31/12/2013	
	Aquisições	Baixas	Depreciação Período	Taxas anuais de depreciação (%)
Participação nos Lucros a pagar	1.855	663	–	–
Dividendos a Pagar (*)	1.019	953	–	–
Total	2.874	1.760	–	–

(\*) Dividendos mínimos obrigatórios conforme previsto no estatuto da Companhia (Nota 13.c).

Acima de 360 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
–	6.989	25%	6.989	–
–	6.989	–	6.989	–
14.595	21.041	75%	21.442	(402)
1.053	1.257	–	1.257	5
13.542	18.349	–	18.756	(407)
14.595	28.030	100%	28.431	(402)
14.119	19.549	100%	20.144	(595)

## 11 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Registra os depósitos recebidos pela Companhia e ainda não identificados. Demonstramos abaixo a composição desses depósitos considerando as datas de recebimento:

Depósitos de Terceiros	Em 31 de dezembro de 2014		Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	
Total	12	–	12

## 12 PROVISÕES TÉCNICAS DE CAPITALIZAÇÃO

## a) Composição das provisões técnicas

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão matemática de capitalização	5.147	10.173
Provisão de resgate antecipado	9.142	–
Provisão de sorteio a realizar	125	–
Provisão de sorteio a pagar	6.837	6.297
Total	21.251	16.470

## b) Movimentação das provisões técnicas

Saldo Inicial	Provisão matemática de capitalização		Provisão de resgate antecipado		Provisão de sorteio a realizar		Provisão de sorteio a pagar	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
10.173	7.098	–	–	–	–	–	6.297	4.483
50.231	36.747	55.257	–	19.265	–	18.870	13.996	–
(55.257)	–	–	–	(19.140)	–	–	–	–
–	(33.672)	(46.115)	–	–	(18.330)	(12.182)	–	–
Saldo Final	5.147	10.173	9.142	–	125	–	6.837	6.297

c) Garantia das provisões técnicas de capitalização: Estão vinculados para cobertura das provisões técnicas os seguintes ativos:

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos de renda fixa públicos (LFT's, LTN's e NTN's)	18.349	15.150
Títulos de renda fixa privados (LF's e Debêntures)	2.692	1.781
Quotas de fundos de investimentos abertos	6.989	180
Total dos ativos garantidores (a)	28.030	17.111
Total das provisões técnicas (b)	21.251	16.470
Suficiência de cobertura (a-b)	6.779	641

## 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2014, os acionistas aprovaram o aumento de capital de R\$ 6.500 cuja homologação na SUSEP se deu por meio da Portaria nº 9 em 16 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia é de R\$ 20.487 (R\$ 13.987 em dezembro de 2013) totalmente subscrito, integralizado e dividido em 20.487.468 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. b) Reserva de lucros e prejuízos acumulados: Em 31 de dezembro de 2014 os saldos da reserva de lucros que era composta por R\$ 165 (R\$ 165 em dezembro de 2013) de reserva legal e R\$ 61 (R\$ 477 em dezembro de 2013) de reserva estatutária de retenção de lucros, foram absorvidos em sua totalidade pelo prejuízo líquido do exercício. Assim a linha de prejuízos acumulados apresenta o saldo de R\$ -731. c) Dividendos: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2014, os acionistas deliberaram pela distribuição da reserva estatutária de lucros através de dividendos no valor de R\$560, sendo R\$144 a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2013, e R\$416 como destinação das reservas de lucros existentes, totalmente pagas aos acionistas em 17 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 não foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios devido a Companhia ter apresentado prejuízo no exercício.

## 14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Nos termos das resoluções CNSP 300/13, 302/13, 280/13 e 228/10 e alterações posteriores, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para autorização e funcionamento das sociedades de capitalização equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito e operacional).

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio Líquido	19.514	14.271
(-) Ativos intangíveis	(996)	(1.269)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	18.518	13.002
Capital Mínimo Requerido (CMR)	31/12/2014	31/12/2013
a) Capital Base	10.800	10.800
b) Capital de risco	3.745	3.484
(+) Capital de Risco de Subscrição	531	1.872
(+) Capital de Risco de Crédito	2.758	1.731
(+) Capital de Risco Operacional	687	363
(-) Benefício da Correlação entre os Capitais	(231)	(482)
Capital Mínimo Requerido (o maior entre a e b)	10.800	10.800

## 15 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

## a) Despesas administrativas

	2014	2013
Pessoal próprio	(5.794)	(4.542)
Serviços de terceiros	(1.501)	(694)
Localização e funcionamento	(3.180)	(2.747)
Publicidade e propaganda	(45)	346
Publicações	(70)	(70)
Donativos e contribuições	–	(2)
Outras despesas	(1.031)	(70)
Total	(11.621)	(7.779)

## b) Despesas com tributos

	2014	2013
Impostos Municipais	(28)	(26)
Impostos Federais	(60)	(16)
PIS	(87)	(67)
COFINS	(537)	(409)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(42)	(42)
Outros tributos e contribuições	(15)	(35)
Total	(769)	(595)

## c) Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas Financeiras	2.143	1.704
Quotas de fundos de investimentos abertos	459	252
Títulos de renda fixa públicos	1.418	1.327
Títulos de renda fixa privados	266	125
Despesas Financeiras	(227)	(35)
Juros e atualização monetária sobre operações de capitalização	(227)	(35)
Total	1.916	1.669

## 16 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda (após as participações aos empregados)	(939)	1.008	(939)	1.008
Adições	–	–	–	–
Ajustes permanentes	1.045	66	1.045	66
Ajustes temporários	1.050	965	1.050	965
Exclusões	–	–	–	–
Ajustes temporários	(953)	(1.499)	(953)	(1.499)
Base de Cálculo	203	540	203	540
Alíquotas (15%)	(30)	(81)	(30)	(81)
Dedução PAT (4%)	1	3	–	–
Licença maternidade	3	–	–	–
Adicional 10% IR (acima de R\$240 / exercício)	–	(30)	–	–
Imposto corrente do exercício	(26)	(107)	(30)	(81)
Impostos diferidos	–	–	–	–
Diferenças temporárias (liquidas)	24	(133)	14	(80)
Despesa de IR e CS no resultado	(2)	(241)	(16)	(161)

## 17 PARTES RELACIONADAS

a) Transações com partes relacionadas: Os saldos referentes a transações com Partes Relacionadas, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são como seguem:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	4.509	4.323
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (ii)	3.346	1.538
Luizaseg Seguros S.A. (i)	1.467	1.424
Total	9.322	7.285
	31/12/2014	31/12/2013

## Passivo

Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	4.137	3.746
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (ii)	54	40